Terca-Feira, 24 de Novembro de 2026

Gaeco investiga 20 políticos suspeitos de receber financiamento de facções criminosas em Mato Grosso

O promotor de Justiça Adriano Roberto Alves, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Mato Grosso, revelou nesta quinta-feira (30) que 20 políticos estão sob investigação por suspeita de terem sido financiados por facções criminosas durante as eleições. A declaração foi dada em entrevista à rádio Cultura FM, onde o promotor destacou que, embora a maioria dos investigados não tenha sido eleita, alguns conseguiram assumir cargos públicos.

“São 20 ou 21 pessoas, das quais algumas poucas foram eleitas, mas a maioria não foi. Estamos investigando essas pessoas que possivelmente foram financiadas por facções criminosas. Se conseguirmos provas, elas serão denunciadas, e o caso será encaminhado ao promotor eleitoral para que entre com a ação judicial”, afirmou Adriano Alves.

Investigações abrangem Capital e interior
Segundo o promotor, o grupo de políticos investigados inclui nomes da Capital e do interior do estado. As suspeitas giram em torno de vínculos com facções criminosas que atuam em Mato Grosso, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que têm expandido sua influência para além dos presídios, infiltrando-se em setores da sociedade, incluindo a política.

Adriano Alves ressaltou que o Gaeco tem atuado em conjunto com outros órgãos de investigação, como a Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO) da Polícia Civil, para apurar os casos. “Não há necessidade de tomarmos a investigação do GCCO, pois eles são altamente competentes e possuem uma equipe excelente, com equipamentos de ponta”, disse o promotor.

Denúncias envolvem prefeito e vereador
Após as eleições, o vereador **Rafael Ranalli (PL)** e o prefeito de Cuiabá, **Abilio Brunini (PL)**, relataram ter recebido denúncias sobre candidatos que disputaram vagas na Câmara Municipal e teriam ligações com facções criminosas. O prefeito chegou a ser convocado para prestar depoimento ao Gaeco, mas alegou já ter repassado as informações à Polícia Civil.

“Ele foi intimado para prestar depoimento no Gaeco. Chegou lá e disse que já havia repassado as informações para a Polícia Civil, no GCCO, e que o caso estava sendo apurado por eles. Para nós, ele não deu nenhuma informação adicional”, explicou Adriano Alves.

O promotor destacou que, apesar da falta de novas informações por parte do prefeito, o Gaeco mantém um fluxo de troca de dados com o GCCO, garantindo que as investigações avancem de forma coordenada.

Contexto nacional e desafios
A suspeita de financiamento de campanhas políticas por facções criminosas não é exclusividade de Mato Grosso. Em todo o Brasil, há registros de investigações semelhantes, que revelam a crescente infiltração do crime organizado na política. Especialistas alertam que o fenômeno representa uma ameaça à democracia e à segurança pública.

Para o cientista político **Bruno Langeani**, coordenador do Instituto Sou da Paz, o financiamento de campanhas por facções criminosas é um reflexo da fragilidade do sistema eleitoral e da falta de controle sobre as fontes de recursos. “É preciso fortalecer os mecanismos de fiscalização e transparência, além de investir em inteligência para identificar e combater essas práticas”, afirmou.

Próximos passos
O Gaeco segue coletando provas e analisando as conexões entre os políticos investigados e as facções criminosas. Caso as suspeitas sejam confirmadas, os envolvidos poderão ser denunciados por crimes como associação ao tráfico, lavagem de dinheiro e uso de recursos ilícitos em campanhas eleitorais.

O promotor Adriano Alves reforçou que o combate ao crime organizado é uma prioridade do Ministério Público de Mato Grosso e que as investigações serão conduzidas com rigor. “Nosso objetivo é garantir que a justiça seja feita e que a sociedade não seja refém de organizações criminosas”, concluiu.

Enquanto isso, a população aguarda os desdobramentos das investigações, que podem revelar novos capítulos da relação entre política e crime organizado no estado.

Fontes: Rádio Cultura FM, Ministério Público de Mato Grosso, especialistas em segurança pública e política.